



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

REDE NACIONAL DOS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS DA GUINÉ-BISSAU

RELATÓRIO SÍNTESE DA 1ª JORNADA NACIONAL DE REFLEXÃO SOBRE PAPEL DOS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

LEMA: “FORTALECER COMPROMISSOS COM OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS”



Bissau, 13 de setembro de 2024

I. INTRODUÇÃO

O documento a ler é o relatório da 1ª Edição da Jornada Nacional de Reflexão sobre o papel dos defensores dos Direitos Humanos, organizada, em Bissau, pela Rede dos Defensores dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau nos dias 6 a 8 de setembro de 2024, sob lema: **fortalecer os compromissos com os defensores dos Direitos Humanos**.

O objetivo da jornada visa reforçar o engajamento das entidades públicas e privadas na proteção dos defensores dos direitos humanos, por outro lado permitir ter conhecimento da real situação dos defensores dos Direitos Humanos a nível nacional.

Durante três dias, cerca de 50 defensores, vindo de todo território nacional, tiveram a oportunidade de abordar vários temas sobre direitos humanos, defensores, democracia, media, desenvolvimento, igualmente se fez várias reflexões a volta dos desafios e vulnerabilidades dos defensores de direitos humanos na Guiné-Bissau, o que permitiu se lavrar o presente relatório que contém narrativas sobre todos os painéis de discussões e as recomendações direcionadas a quatro entidades, a saber: para Defensores, para Rede de Defensores de Direitos Humanos, para Parceiros e para o Estado.

II. DESENVOLVIMENTO

Iº DIA DA JORNADA DE REDLEXÃO

Notas de abertura

No dia 06 de setembro de 2024, no Bissau Royal Hotel, fez-se a abertura oficial da Jornada de Reflexão Regional de Defensores de Direitos Humanos, pelas 10 horas.

A mesa da cerimónia contou com a presença do Coordenador Nacional da Rede dos Defensores dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau, Dr. Victorino Indequê, Dr^a Camilla Silva Floeistrup, em representação de Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos e o Senhor Tchernó Indjai, Conselheiro do Primeiro-Ministro para Áreas Sociais, em representação do Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau.

A primeira intervenção da mesa foi da representante do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos das Nações Unidas, Dr^a Camilla Silva Floeistrup, que começou por saudar a todos. Na sua comunicação, disse que de acordo com Declaração de Direitos

Humanos da ONU, o defensor é aquela pessoa que atua para proteger e promover os direitos dos outros podendo ser, ativistas, jornalista, sindicalista etc. Lembrou que há três anos, a Rede dos Defensores dos Direitos humanos da Guiné-Bissau estava perdida, mas através de fundo do projeto “Melhorar o sistema de proteção de direitos humanos na Guiné-Bissau”, foi resgatada e hoje acompanha seu crescimento considerável, pois, é um trabalho vultuoso a desenvolver. Por fim, reiterou o seu objetivo de ser obsoleta, porque o grande sonho é de ter um sistema de direitos humanos consolidado na Guiné-Bissau.

De seguida, entreviu o Coordenador de Rede de Defensores dos Direitos Humanos, que no seu ponto de vista a defesa e proteção dos defensores dos direitos humanos, constitui hoje mais do que nunca um dos maiores desafios do nosso tempo, sobretudo num contexto político e social bastante difícil e complexo, num contexto onde os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos enquanto alicerces e fundamentos do Estado de Direito Democrático, estão a ser arbitrariamente posto em causa e os defensores dos direitos humanos são alvos sistemático de perseguição, humilhação, espancamento e todas outras formas de tratamento degradantes pelo atual regime no país, com único objetivo silenciar as vozes discordantes e silenciar os defensores dos direitos humanos. Por outro lado, deixou claro que, em qualquer Estado democrático e moderno, o sector judicial desempenha um papel fundamental para garantir que as leis sejam aplicadas de forma efetiva, justa, baseando nos princípios da independência e imparcialidade, assegurando que todos os cidadãos sem distinção baseada na cor da pele, sexo, origem social, convicção filosófica e confissão religiosa, tenham acesso à justiça com propósito fundamental de dirimir os conflitos sociais emergentes e proteger os interesses legalmente protegidos com ênfase especial nos direitos individuais.

Por fim, foi a vez do Tchernó Indjai, em representação do Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, igualmente quem presidiu a cerimónia, começou por manifestar a sua satisfação por ser ele o escolhido para representar o Primeiro-Ministro da Guiné Bissau neste ato importante, porque, no seu ponto de vista o assunto dos Direitos Humanos é um assunto que constitui preocupação para o governo liderado por Eng. Rui Duarte de Barros. Pois, a situação dos Direitos Humanos no país deve merecer a preocupação de todos para

assim melhorarmos o seu quadro no país. Por fim, agradeceu todos os parceiros de desenvolvimento do país que contribuíram na realização dessa jornada, assim, com essas palavras deu por aberto a 1ª Jornada de Reflexão dos Defensores de Direitos Humanos.



1º Painel- Participação da Sociedade Civil na proteção dos Direitos fundamentais

Orador: Dr. Fodé Mané

No início da sua abordagem, disse que o trabalho de divulgação dos Direitos Humanos deve ser seguido e consolidado, justificando com dois fatos: de um deputado da nação que teve a iniciativa de lançar uma campanha de promoção da mutilação genital feminina e a expressão popular dos guineenses “quem de direito” usado de forma errado em muitas ocasiões para referenciar questões que dizem respeito ao dever do estado ou dos servidores públicos. Portanto, conclui que isto é a prova de que devemos prosseguir com a divulgação de Direitos Humanos, porque isto é base de tudo. Pois, se alguém conhecer o seu direito, menos precisa de outra pessoa para advogar a favor dos seus direitos.

No seu ponto de vista, a situação de direitos humanos está retrocedendo cada vez mais, porque a educação, a saúde, o ambiente e o saneamento estão todos deteriorados.

Agora, como é que a sociedade civil pode participar nessa proteção? – Perguntou ele a plateia.

Posto isto, começou em conceitualizar a Sociedade Civil, dizendo que é a diferença entre classe política e castrense. Porém, essa Sociedade Civil, muitas vezes é sub-representada por grupos formais e informais organizados, o que não tira outros cidadãos comuns não

pertencente a nenhum grupo o direito de pertencerem sociedade civil. Por outro lado, falou de estratificação da Sociedade Civil que consiste em termos associações comunitárias, juvenis, ONG etc.

Para a participação da sociedade, apresentou três mecanismos de participação:

Mecanismo judiciais- que concerne em apresentar uma queixa nas instituições judiciais para estancar alguma violação de direitos, exemplo: apresentar uma queixa contra alguém que polui ambiente.

Mecanismo político- consiste no exercício de direitos políticos. Exemplo da manifestação, comunicação, etc.

Mecanismo popular- refere-se a todo tipo de atividade popular que promove ou protege direitos humanos. Exemplo de um grupo de pessoas organizam ação social para repararem estradas ou cultivarem bolanha.

Trouxe alguns constrangimentos que sociedade civil enfrenta no exercício dos seus direitos. Nisso, falou de inconsistência de mecanismo judicial, o fato de ser gerido pelo próprio Estado, o que torna difícil o sucesso da Sociedade civil no seu exercício. Por outro lado, disse que o mecanismo político proporciona realizações, porque pressiona o opressor e permite a responsabilização popular. E mecanismo popular é o mais eficiente em termos de resultados, porque permite mitigação dos problemas.

Em conclusão, disse que a promoção e proteção de direitos humanos deve ser exercida em conjunto, porque permite maior projeção dos resultados. E isto não depende da sua integração ou não em uma determinada organização da sociedade civil.



2º Painel- OS defensores de Direitos Humanos face às violações de liberdades de manifestações e de expressões.

Orador: Dr. Bubacar Turé

Começou com a categorização de Direitos Humanos: Direitos civis e Políticos e Direitos Económicos e culturais. E nisso, o tema em abordagem está inserido na primeira categoria. Ora, exige do Estado a não interferência no seu exercício. Isto porque, para monitorar e garantir outros direitos é necessário recorrer a essa primeira categoria para poder resgatar outros direitos.

De seguida, disse que o conceito Defensor de Direitos Humanos, de acordo com Resolução de 53/144 da ONU, que são pessoa que de forma voluntária trabalham para proteção e promoção de direitos humanos. Para ele, existem características que um defensor deve agregar: Ativo, posicionador e verdadeiro, é por isso que nunca um defensor pode se resumir apenas nos atos formais de representação.

Fez uma reflexão a volta da situação dos Direitos Humanos no país, abordando tipos de violações e perseguições no país. Começou pelas perseguições dos cidadãos comuns, juízes, defensores de Direitos Humanos. Adiante, lembrou que tudo isto começou no dia 15 de janeiro, o dia em que Comissário da Polícia de Ordem Pública decidiu, através de um despacho, que ele, enquanto orador do tema, considera de panfleto que contrariar a constituição da República da Guiné-Bissau e demais outros instrumentos internacionais. No final, falou que os defensores dos Direitos Humanos devem manter com firmeza e determinação a sua posição em lutar veemente contra tudo que está a acontecer. Para isso, a determinação na luta pacífica conjunta contra violência.



3º Painel- Situação de Direitos da criança na Guiné-Bissau: fragilidades/ inércia e respostas das entidades de apoio

Orador: Laudelino Carlos Medina

Começou a sua comunicação com a célebre frase de Amílcar Cabral: **as crianças são flores da nossa luta e a razão do nosso combate**, para criar reflexão daquilo que é a visão de Amílcar Cabral sobre crianças, desde luta e em sua memória alusiva a celebração do seu centenário. A mesma frase estava acompanhada de uma imagem das crianças no vazadouro de lixo, demonstrando a contrariedade entre aquilo que foi a visão de Amílcar Cabral sobre as crianças e a situação atual exibida na imagem.

Abordou a questão da existência e de reconhecimento legal de crianças. Em que disse que embora o país esteja a trabalhar arduamente, ainda 54% das crianças guineenses ficam na situação de ilegalidade (sem registo de nascimento). De ponto de vista de saúde, 27% de crianças entre 0 e 5 anos morrem, um problema grave de mortalidade materno-infantil.

Sobre educação, falou de abandono escolar por questões de casamento precoce, mutilação genital feminina, etc.

Relativamente a situação de vida e bem-estar, disse que a maioria de crianças vivem de 456 FCA por dia. Uma pobreza extrema, em que as crianças vivem de mendicância e ocupação de serem lixeiros. Muitos casos de trabalhos infantil, casamento infantil, escravatura e violência.

Sobre fragilidade e inércia de proteção de Direitos de Crianças na Guiné-Bissau, falou de inexistência de uma entidade responsável pela coordenação de políticas de proteção de crianças, embora existem instituições estatais responsáveis pela implementação de diferentes políticas a favor de crianças (Ministério de saúde, educação, Família), também falou de falta de representação regionais do Ministério de Família e Instituto da Mulher e Criança, abordou sobre o Código de Proteção Integral da Criança que ainda aguarda a sua aprovação na Assembleia Nacional Popular, falou da Constituição da República que tem vacatura de assunto de proteção de crianças. Para concluir a questão de fragilidade, apontou a falta de representação regionais de principais instituições estatais de proteção de direitos humanos no país.



4º Painel- Direitos humanos vs Usos e costumes / práticas nefastas e aplicação das leis na Guiné-Bissau

Oradora: Dr^a Aissatu Camará Indjai

Iniciou a introdução com uma pergunta sobre o que é Direitos Humanos? E em jeito de *brainstorming*, os participantes exploraram o conceito partilhado pelo Dr. Fodé Mané que é tudo que são necessidades das pessoas. Feito isto, falou de conceito de práticas nefastas que são todas as práticas de cunho social ou cultural negativas que são submetidas as pessoas, causando consequências na sua vida. De seguida, falou de Usos e Costumes na qual disse que Usos são todos práticas que não são vinculados a princípios de obrigatoriedade, ao passo que costumes são todas as práticas vinculadas a princípio de obrigatoriedade.

Também, elencou três mecanismos: institucionais que se trata de instituições responsáveis para garantir justiça, legislativos que são leis nacionais e internacionais e tradicional que são todos os mecanismos de cunho tradicional que garantem a justiça. Falou depois de alguns instrumentos nacionais de proteção como o caso de Constituição da República, Lei de violência doméstica, Lei de paridade e em paralelo falou de instrumentos internacionais: Declaração Universal dos Direitos Humanos, CEDAW, Resolução 1325, Carta Africana dos DH e CDC;



5º Painel- Impunidade e papel de força de segurança na proteção de direitos dos defensores de Direitos humanos

Oradora: Helena Neves Abrahamsson

A oradora deu início com o conceito de Impunidade, dizendo que é quando os crimes e em particular, a corrupção, são normalizadas e ninguém é responsabilizado por isto, por outro lado, falou da segurança de Estado no seu sentido lato, que significa proteger a integridade pública e do território num determinado país, exemplo de Polícia da Ordem Pública, Guarda Nacional e Defesa. Portanto, segundo as leis nacionais e internacionais, todo o cidadão dentro do território nacional deve beneficiar dos serviços que estes devem prestar.

Depois, falou de consequências de má gestão dessas forças, trazendo exemplo de Alemanha Nazi que conseguiu fazer o que fez por corromper segurança de Estado, introduzindo dentro do sistema os elementos Nazistas, fazendo um paralelismo com a atual situação da Guiné-Bissau, frisou que estamos caminhando pelo mesmo caminho de controlo de segurança, usando repressão.

Falou de ausência de uma lei específica de proteção de defensores de direitos humanos, que no seu ponto de vista pode ser colmatada pela constituição de um sistema forte capaz de proteger os defensores.

No fim da sua intervenção, chamou atenção a questão de segurança de Estado num país em que é complicado falar de segredo de Estado com muitos casos de informações de Estado que vazam ao público.



IIº DIA DA JORNADA DE REFLEXÃO

1º painel- Papel de media na defesa dos Defensores dos Direitos Humanos

Orador: Diamantino Domingos Lopes

O Dr. Diamantino Domingos Lopes, na sua comunicação sobre o papel da media na defesa dos defensores dos Direitos Humanos, abordou diversos aspetos cruciais. Inicialmente, explicou o conceito de defensor dos Direitos Humanos, destacando a importância desses indivíduos na proteção e promoção dos direitos fundamentais e na luta contra abusos.

Ressaltou a relevância do jornalismo na defesa dos Direitos Humanos, enfatizando que a media tem um papel vital na visibilidade das violações e na denúncia de injustiças. Através de reportagens investigativas e da cobertura contínua, o jornalismo contribui para a conscientização pública e para a responsabilização dos responsáveis por abusos.

O painelista também enfatizou a contribuição da media para a consolidação da democracia, argumentando que uma imprensa livre e independente é essencial para o fortalecimento das instituições democráticas e para a garantia dos direitos civis. Ele destacou que a media, ao expor violações e promover debates informados, ajuda a criar um ambiente mais transparente e responsável.

Finalmente, abordou como consolidar os Direitos Humanos através da media, sugerindo que o jornalismo deve se engajar ativamente na defesa desses direitos e promover uma cultura de respeito e de justiça. Ele concluiu que, ao amplificar as vozes dos defensores dos Direitos Humanos e denunciar abusos, a media desempenha um papel crucial na construção e manutenção de sociedades justas e democráticas.



2º Painel: Apresentação de Estratégia Nacional de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos

Orador: Augusto da Costa

O orador iniciou com significado da palavra Estratégia que é campanha, comandante, etc. Disse que esse conceito deve ser compreendido em como utilizar meios para atingir um determinado objetivo

Informou que ele e a uma colega fizeram um inquérito a nível nacional para perceberem nível de proteção dos defensores, da qual concluíram que não existe uma estratégia de proteção de Defensores de Direitos Humanos, também viram que cada defensor aplica o seu mecanismo de proteção *ad-hoc* e a maioria não têm experiência em estratégia de proteção pessoal, devido a ausência de uma estratégia nacional de proteção.

Fez apresentação de uma proposta geral feita no quadro da mesma consultoria que abrangia a adoção das leis internacionais de proteção dos defensores dos direitos

Humanos, advocacia para aprovação do projeto-lei de Proteção, tomando em consideração a proteção de mulheres e grupos vulneráveis, fortalecimento das redes de proteção coletiva e criação de condições para as suas autonomias, criação de um fundo de proteção para os defensores/as em situação de vulnerabilidade, melhoramento do ambiente de trabalho dos defensores de direitos humanos, entre outros. A seguir, repisou na formação contínuo dos defensores e criação de um ambiente profícuo de trabalho. Também, falou de mecanismos internacionais de denúncias, destacando Comissão da União Africana de Direitos Humanos, como caminho para denúncia e que também devem ser usadas e valorizadas.

Por fim, partilhou com os participantes aquilo que chamou de medidas concretas para que um defensor possa garantir a sua mínima segurança, a saber: trabalho indireto, ser discreto e garantir anonimato na denúncia.

Relativamente a proteção pessoal e individual: falou de canais de comunicação com Polícias da Ordem Pública, com Guarda Nacional, líderes religiosos, autoridades locais, utilização de meios de comunicação disponíveis, melhorar segurança no ambiente de trabalho através de criação de grupos WhatsApp para troca de informações sobre casos e o paradeiro dos ativistas e qualquer tentativa de intimidação, linha verde de emergência para os defensores de direitos humanos, capacidade de realocação fora do país para DDH ameaçados (via redes regionais), credenciação dos defensores junto das autoridades, criação de uma base de dados e formulário de denúncia e ativar advogados para defesa dos DDH.



3º Painel: Papel de defensores dos direitos humanos na consolidação da democracia e do estado de direito democrático;

Orador: Dr. Victorino Indequê

O Dr. Victorino Indequê, em sua comunicação, abordou o conceito de defensores dos direitos humanos como toda pessoa natural ou jurídica que, individualmente ou em associação com outras, atua para a promoção, proteção e realização de um ou mais direitos reconhecidos ou garantidos na Constituição, na Declaração Universal dos Direitos Humanos ou nas convenções internacionais de direitos humanos, exemplificando com operadores de justiça(oficiais ou funcionários , magistrados/as de Ministério Público e de magistratura judicial, advogados/as e oficiais da justiça); Jornalistas; fazedores de opiniões; Sindicalistas e ativistas dos Direitos humanos.

Destacou o papel essencial desses defensores na luta pela dignidade humana, sendo responsáveis por cumprir e garantir o respeito aos direitos humanos em suas diferentes esferas de atuação.

No que tange à consolidação da democracia, o orador salientou que os defensores dos direitos humanos são pilares fundamentais e fomentam a justiça social, combatendo as desigualdades e promovem a transparência e o respeito pelas leis e instituições democráticas, enalteceu os males que a corrupção pode causar numa sociedade, pois, a corrupção por ser uma doença incurável deve ser eliminada por via da prevenção, deve ser combatida com desenvolvendo de vacina.

A vacina para a corrupção é a educação (educação de qualidade para todos). A Educação no sentido de preparar para uma profissão digna, uma educação que incentiva o exercício do pensamento e da crítica argumentada e principalmente introduzir e consolidar as virtudes como a solidariedade e a ética. Ainda nessa abordagem, disse que, com uma imprensa livre, hoje em dia ajuda a informar e evidenciar fatos da sociedade ligados à corrupção. Daí a importância da Sociedade Civil organizada de estar vigilante na monitorização do exercício do poder e de gestão dos recursos do país.



IIIº DIA DA JORNADA DE REFLEXÃO

4º Painel: Sustentabilidade da Sociedade Civil e Necessidades de Fundos

Na comunicação apresentada pelo Dr. Alfredo Handem, foi explorado o tema da sustentabilidade da sociedade civil, destacando-se três pilares principais: ambiente, sociedade e economia. No que toca ao ambiente, sublinhou a importância da exploração adequada dos recursos naturais, como a flora e a fauna, assegurando que essa exploração seja sustentável e benéfica para as gerações futuras.

No âmbito da sociedade, o orador enfatizou a necessidade de promoção equitativa social, garantindo que todos os grupos tenham acesso igualitário às oportunidades e recursos, como forma de promover o desenvolvimento harmonioso da comunidade.

Em termos de economia, abordou a importância de uma gestão racional, proporcional e equitativa dos recursos económicos. Este modelo de gestão assegura que os recursos sejam utilizados de forma eficiente, maximizando os benefícios para a sociedade sem comprometer a sustentabilidade futura.

Além disso, destacou a sustentabilidade organizacional, que deve estar alinhada com a planificação estratégica das atividades, considerando prazos curtos, médios e longos, em conformidade com o plano estratégico da organização. Esta abordagem permite uma alocação eficiente de recursos e garante a continuidade das ações para atingir os objetivos ao longo prazo.

Assim, a sustentabilidade é vista como um processo integrado, em que o equilíbrio entre ambiente, sociedade e economia, aliado a uma gestão estratégica é essencial para garantir a continuidade e eficácia das organizações da sociedade civil. Por fim, Alfredo Handem concluiu que os defensores dos direitos humanos têm um papel central na consolidação de uma sociedade sustentável, onde ambiente, sociedade e economia interajam de maneira harmônica, promovendo o bem-estar coletivo.



Feitas as comunicações por parte dos painelistas, houve sessão de trabalho de grupo, no sentido de enriquecer e melhorar o Draft da Estratégia nacional de proteção dos defensores dos direitos humanos.

Esta sessão foi animada por Dr. Cabi Sanha, o trabalho em grupo envolveu 50 participantes, divididos em três grupos, cada um responsável por abordar uma questão específica relacionada à proteção e articulação dos defensores de direitos humanos.

Após a conclusão dos trabalhos, os grupos apresentaram suas propostas e recomendações, que foram discutidas coletivamente, enriquecendo o debate com contribuições práticas e estratégicas.



III. CONCLUSÕES

Foi unanime de que a “1ª Edição da Jornada Nacional de Reflexão sobre o Papel dos Defensores dos Direitos Humanos”, com toda honra concluímos que foi um sucesso, graças ao apoio técnico da profícua cooperação dos parceiros internacionais, particularmente ao PNUD, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e UNICEF, assim como ao afincado e trabalho abnegado da equipa da RDDH-GB.



IV. RECOMENDAÇÕES

Para os Defensores de Direitos Humanos:

1. Reforçar a cooperação entre os defensores de direitos humanos, tanto localmente como regionalmente, para partilhar informações, recursos e estratégias de proteção em situações de risco (através de encontros nas redes sociais ou presenciais);
2. Criar rede *task-force*ⁱ para monitorar a situação de defensores de Direitos Humanos;
3. Produzir relatórios e ocorrências sólidas que possam ser utilizados em campanhas de sensibilização e advocacia, e em elaboração de relatórios nacionais e internacionais.
4. Ampliar o nível de divulgação de violações de direitos humanos e aumentar a pressão pública sobre o Estado e os responsáveis por tais abusos.

Para a Rede dos Defensores de Direitos Humanos da Guiné-Bissau:

1. Concluir o plano estratégico que inclua linha orientadora de atuação e um Plano operacional;
2. Implementar programas de formação contínua para agentes da polícia e forças de segurança sobre os direitos humanos, o papel dos defensores, e a importância de respeitar as liberdades fundamentais dos cidadãos;
3. Coordenar as atividades entre as várias organizações que compõem a Rede dos Defensores dos Direitos Humanos, garantindo uma resposta mais coesa e eficiente em face das violações.
4. Promover os intercâmbios com organizações mais antigas de defesa de direitos humanos;
5. Promover capacitação continuamente aos Defensores de Direitos Humanos em vários domínios;
6. Ampliar o diálogo e parcerias com organizações nacionais, regionais e internacionais para reforçar o suporte técnico e financeiro da RDDH-GB;
7. Manter uma presença constante e ativa no monitoramento das condições dos defensores de direitos humanos, apresentando relatórios periódicos que documentem as violações e proponham soluções concretas.
8. Continuar a produzir cartão de identidade aos defensores;
9. Promover internamente a liderança inclusiva e participativa;
10. Proporcionar encontros de acompanhamentos regulares aos coordenadores regionais;
11. Mapear e lançar base de dados dos defensores de Direitos Humanos a nível nacional;
12. Criar a rotatividade em temas de localidades na organização de atividades da RDDH-GB;
13. Organizar anualmente a Jornada de Reflexão sobre o papel de Defensores de Direitos Humanos.

Aos Parceiros:

1. Continuar a garantir o apoio financeiro sustentável à RDDH-GB, bem como assistência técnica para a melhoria das suas capacidades de advocacia, monitoramento e resposta às violações contra os Defensores;

2. Continuar a trabalhar na divulgação de mecanismos de denúncia internacionais sobre violação de Direitos humanos;
3. Promover e financiar programas que visem à formação de defensores sobre temas como segurança digital, mecanismos de denúncia e procedimentos internacionais de proteção;
4. Apoiar na elaboração de Estratégia Nacional de Proteção de Defensor de Direitos Humanos;
5. Estabelecer um Fundo de Emergência Local para assistência dos defensores ameaçados e garantir a proteção física e jurídica de defensores em risco iminente.

Ao Estado da Guiné-Bissau:

1. Reforçar a independência e a capacidade do sistema judiciário para investigar e julgar casos de violações de direitos humanos, garantindo que as vítimas e os defensores tenham acesso à justiça de forma eficaz e célere;
2. Acelerar a aprovação da Lei Nacional de Proteção dos defensores de Direitos Humanos, quando o parlamento iniciar o seu funcionamento;
3. Colaborar na implementação dos programas de formação contínua para agentes da polícia e forças de segurança sobre os direitos humanos, o papel dos defensores, e a importância de respeitar as liberdades fundamentais dos cidadãos;
4. Desenvolver campanhas públicas e educativas que destaquem a importância dos defensores de direitos humanos para a consolidação do Estado de direito e da democracia.

Bissau, 13 de setembro de 2024

ⁱ Trata-se de um grupo temporário de pessoas, geralmente de diferentes áreas de atuação ou especialidades, que se reúne com um objetivo comum: resolver uma questão específica, neste caso monitorar situação de Direitos Humanos e em especial dos Defensores (OPC, OSC, Media)